

Sumário

Número de notícias: 20 | Número de veículos: 13

O GLOBO - RJ - ECONOMIA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	
Novo bloqueio de gastos não deve superar r\$ 5 bilhões	3
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS SEGURIDADE SOCIAL	
Projeto de desoneração da folha será votado em regime de urgência	5
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA REFORMA TRIBUTÁRIA	
A volta da política industrial	6
VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO REFORMA TRIBUTÁRIA	
Olimpíada tributária: como se preparar para 2027? (Artigo)	7
VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
Governos avançam sobre lucro e atingem bolso do consumidor	9
VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS	
HSBC avalia fundir banco comercial e de investimento	12
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
"Os números mostram um cenário positivo"	14
CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Mercado eleva projeções de juros e inflação	17
JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA ECONOMIA	
Selic deve fechar o ano em 11,25%	18
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Mercado vê novo ciclo com quatro altas de 0,25 ponto para a Selic	20
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Projeção para o IPCA vai a 4,3%, mais próxima do teto da meta, de 4,5%	21
O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS ECONOMIA	
Apesar das pressões de alta, Fazenda não vê a inflação fora da meta	22
O GLOBO - RJ - OPINIÃO ECONOMIA	
É urgente dar fim à farra das bets (Artigo)	23
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
Espiral deflacionária da China está entrando em uma nova fase perigosa	24
VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL ECONOMIA	
UE precisa investir 800 bi por ano, alerta Draghi	27

Terça-Feira, 10 de Setembro de 2024

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO
ECONOMIA

Risco fiscal piora perfil da dívida mobiliária federal (Editorial)..... 28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
SERVIDOR PÚBLICO

Lula sanciona provas on-line de concurso 30

ESTADO DE MINAS - BELO HORIZONTE - MG - ECONOMIA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Prejuízos causados por incêndios expõem riscodas mudanças climáticas 9 - MERCADO S/A
..... 31

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Grupo Mateus é autuado em R\$ 1 bi pela Receita Federal..... 33

FOLHA DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Desoneração na pauta do esforço concentrado..... 35

Novo bloqueio de gastos não deve superar R\$ 5 bilhões

THAÍS BARCELLOS E RENATA AGOSTINI
economia@oglobo.com.br Brasília

ENTREVISTA Rogério Ceron / secretário do tesouro

A equipe econômica ainda calcula o quanto a surpresa positiva com o crescimento de 1,4% **PIB** no segundo trimestre trará de alívio à arrecadação. Mas isso não deve mudar o arrocho orçamentário - atualmente, R\$ 15 bilhões estão congelados. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, avalia que um novo bloqueio de recursos pode ser necessário para dar conta do aumento das despesas obrigatórias, como a Previdência, o que será anunciando na semana que vem. Esse novo ajuste, porém, não deve superar R\$ 5 bilhões, numa avaliação preliminar. Bloqueio ocorre quando as despesas crescem acima do previsto. Já o contingenciamento é quando as receitas vêm abaixo do esperado. Ceron afirma que "tudo está no radar", quando questionado sobre um corte estrutural nas despesas. E admite que uma mudança na Previdência pode ser necessária num eventual novo mandato de Lula.

A surpresa com o **PIB** deve trazer algum alívio na arrecadação. Será possível rever o contingenciamento de R\$ 3,8 bilhões neste mês?

Há ambiente favorável pelo menos para que não tenhamos mais contingenciamento. Não sei se vai ser o suficiente para reverter. Todos os fatores são positivos do último relatório bimestral (em julho) para cá em termos de arrecadação. Mas não acredito que haverá alívio da pressão de despesas obrigatórias. Porém, também não vejo um cenário de grande pressão adicional.

O que seria uma grande pressão?

Abaixo de R\$ 5 bilhões considero como uma pressão gerenciável. Mais do que isso, é mais agressivo. E mais ou menos essa ordem de grandeza, mas não sei o que virá ainda. Faz parte ter um bloqueio adicional, mas não me parece que teremos um volume acima de R\$ 5 bilhões, que vá atingir R\$ 10 bilhões. É o que sinto vendo o desempenho mês a mês.

A contenção de R\$ 15 bilhões então é o piso para o ano?

O bloqueio não tem volta. O contingenciamento, em tese, tem alguma possibilidade (de ser revisto). Mas aquele espaço pode ser ocupado por alguma pressão adicional de bloqueio. Estamos no ajuste fino do encerramento (do ano).

O Orçamento de 2025 conta com quase R\$ 170 bilhões em receitas adicionais. De onde virá o dinheiro?

Não há grandes medidas novas. O cenário é menos desafiador do que foi em 2024. Sabemos que o **Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais)** não está performando tão bem, mas tem um efeito de dilação no tempo. O estoque está sendo julgado, vai ter que ser cobrado, e remunerada alguma parcela em algum momento, como sempre aconteceu na história.

Mas há R\$ 18 bilhões no Orçamento com aumento de **impostos** de JCP (juros sobre o capital próprio) e **CSLL** (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) e o presidente da Câmara, Arthur Lira, já indicou que não deve passar. Como resolver?

Vai ter que ser um trabalho conjunto do Executivo com o Legislativo. A responsabilidade pelo equilíbrio fiscal é de todos os Poderes.

O governo tem mirado o limite de tolerância da meta fiscal (-0,25% do **PIB**) e isso tem sido alvo de críticas, inclusive do TCU. Não é arriscado?

Tem riscos? É óbvio que tem, como qualquer estimativa. No final do ano sempre tem uma sobra aqui e outra acolá na execução de despesas. Então, faríamos um shutdown em todo o governo para depois falar que não era necessário? Se um real entrar a menos, quer dizer que a gente vai descumprir (a meta)? No começo do ano, a discussão era quando nós iríamos alterar a meta porque era impossível o cumprimento. Mudamos para algo possível desde que se faça bloqueio e contingenciamento. Agora, discutimos se é melhor buscar o centro da meta. Estamos evoluindo positivamente.

Não está no radar da equipe econômica uma revisão estrutural de despesas?

Tudo está no radar. Estamos trabalhando para isso, já há medidas concretas. Entendo quando alguns

analistas falam que não é suficiente. De tempos em tempos, precisa ser feita essa revisão. Principalmente, a grande despesa pública que é o regime previdenciário.

Uma nova reforma da previdência é um debate para esse governo?

Pode ser que, num eventual segundo governo (do presidente Lula), seja necessário. A preocupação é garantir que não seja necessário agora. O trabalho de revisão busca isso. A gente tem uma questão de judicialização muito grande que precisa ser enfrentada. São dezenas de bilhões todo ano. Nosso discurso é consistente: vamos chegar em 2026 com o melhor resultado fiscal da última década. Estamos atentos à dinâmica das despesas obrigatórias e vamos atuar para garantir que elas não gerem um colapso (no funcionamento) dos órgãos públicos.

Analistas apontam que o modelo do novo auxílio-gás é um drible nas regras fiscais. Porque a equipe econômica incluiu no Orçamento essa brecha?

E natural que alguns analistas usem palavras de efeito para chamar a atenção. Acho que não é para tanto. O governo está ciente da necessidade de discutir e ajustar. Um ponto colocado é que pode ser um precedente ruim, gerando espaço para execução de outras despesas fora do Orçamento. É uma questão de macroarranjo que pode trazer incertezas. Isso está sendo discutido para chegarmos a uma solução que não traga essa percepção.

Com o nível de despesas que temos hoje, em 19% do **PIB**, é possível conter a trajetória da dívida?

A despesa primária em torno de 19% do **PIB** está compatível com o período de 2017 e 2018, que antecedeu a pandemia e de uma gestão que tentava reduzir o tamanho do Estado (governo de Michel **Temer**). Isso elimina a discussão de que há excesso de despesa primária. É suficiente para estabilizar a relação dívida/**PIB**? Não, vamos ter que iniciar um processo de geração de superávit primário. Isso acontece naturalmente com a regra do arcabouço, mas leva tempo.

Quanto tempo?

Mais ou menos dez anos para um ajuste de 1,5% do **PIB**. Acelerar isso depende do fiscal, mas também do **PIB** e da taxa de juros. Precisa ter uma combinação saudável: continuar crescendo em bom patamar, recuperando o fiscal e reduzindo o custo de rolagem da dívida. Estamos sendo muito francos sempre: é um processo de recuperação gradativa, equilibrado.

A equipe econômica está preocupada com o possível aumento da taxa de juros?

Uma eventual alta de juros não está atrelada à deterioração fiscal. Os números provam isso. No início do ano, as projeções eram de descumprimento da meta fiscal e redução dos juros. Agora, as projeções caminham para cumprimento da meta e aumento de juros.

"Uma eventual alta de juros não está atrelada à deterioração fiscal. Os números provam isso. No início do ano, as projeções eram de descumprimento da meta fiscal e redução dos juros. Agora, as projeções caminham para cumprimento da meta e aumento de juros"

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Projeto de desoneração da folha será votado em regime de urgência

I IANDER PORCELLA

A Câmara aprovou ontem à noite requerimento de urgência para votar projeto de lei que prorroga a desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios e prevê compensações pela renúncia fiscal neste ano.

Foram 293 votos a favor, 118 contra e quatro abstenções. A proposta agora poderá pular a etapa da análise em comissões e ser votada diretamente no plenário, o que deve ocorrer a partir de hoje.

A Câmara realiza nesta semana o terceiro e último esforço concentrado de votações no período das eleições municipais.

O presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), permitiu que as sessões sejam remotas, ou seja, sem obrigatoriedade de presença em Brasília. Os deputados, dessa forma, podem votar por meio de um aplicativo. O prazo dado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para a solução consensual sobre a desoneração termina nesta semana.

O Senado aprovou em 20 de agosto o projeto da desoneração, que prorroga o benefício a 17 setores da economia e a pequenos e médios municípios.

A proposta prevê uma reoneração gradual para as empresas e para os municípios até 2027.

O projeto da desoneração também prevê medidas de compensação para repor a perda de R\$ 25 bilhões aos cofres da União neste ano. Entre elas, estão atualização de bens no Imposto de Renda; repatriação de ativos mantidos no exterior; renegociação de multas aplicadas por agências reguladoras; pente-fino no **INSS** e em programas sociais; uso de depósitos judiciais esquecidos; uso de recursos esquecidos; e o programa de cadastro dos benefícios fiscais concedidos pelo governo.

A desoneração da folha de pagamentos foi instituída em 2011 para setores intensivos em mão de obra. Juntos, eles incluem milhares de empresas que empregam 9 milhões de pessoas. A medida substitui a contribuição previdenciária patronal de 20% incidente sobre a folha de salários por alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta.

DÍVIDA. Os deputados também aprovaram urgência para proposta de renegociação das dívidas dos Estados. Votado no mês passado no Senado, o texto é de autoria do presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e permite que os Estados mais endividados do País renegociem seus débitos em novas condições. Como contrapartida à redução do indexador da dívida, o governo propôs que fossem feitos investimentos em áreas tratadas como fundamentais, prioritariamente o ensino médio técnico.

Compensação Projeto também prevê medidas de compensação que vão repor a renúncia de R\$ 25 bilhões

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

A volta da política industrial

PEDRO JOSÉ* *Estagiário sob a supervisão de Rosana Hessel

O Brasil está retomando sua política industrial após anos de inatividade buscando acompanhar a tendência mundial, na avaliação de Ricardo Cappelli, presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI).

"O Brasil, depois de sete anos, voltou a ter política industrial. O Brasil está fazendo o que o mundo inteiro está fazendo", afirmou Cappelli, ontem, aos jornalistas Samanta Sallum e Vinicius Doria, em entrevista ao CB.Poder, uma parceria entre o Correio e a TV Brasília. Ele destacou que o presidente Lula e o vice-presidente Geraldo Alckmin lançaram, no início do ano, o Nova Indústria Brasil (NIB), programa que segue a tendência global.

Capelli destacou que a pandemia revelou a dependência de alguns países em relação a suprimentos de outros, o que, junto com a crescente tensão geopolítica, como a guerra na Ucrânia e no Oriente Médio, está levando a uma reorganização da cadeia de suprimentos global. E, em resposta, segundo ele, a Nova Indústria Brasil(NIB) está disponibilizando R\$ 343 bilhões em crédito por meio de bancos públicos e agências de fomento, como o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), o Banco do Nordeste, o Banco da Amazônia (Basa), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapii).

"Uma parte significativa será destinada à inovação com juros reais (descontada a **inflação**) praticamente zero", afirmou. O executivo disse que a ABDI está sendo reestruturada para cumprir sua missão original de monitorar e elaborar a política industrial brasileira.

E, no aspecto econômico, o executivo apontou para um panorama positivo, como os novos investimentos anunciados no setor automobilístico.

"A indústria automotiva anunciou, neste semestre e no semestre passado, R\$ 130 bilhões de novos investimentos aqui no Brasil", afirmou. Ele também lembrou que esse setor havia enfrentado uma fase de crise, com montadoras deixando o país nos últimos anos. Sobre a geração de empregos, Cappelli destacou que o Brasil está experimentando menores taxas de desemprego em 10 anos, entre 6,5% e 6,8%. "Isso é fruto de política", afirma, referindo-se às

iniciativas como o programa Mover (Mobilidade Verde), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic) - chefiado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, que destinará R\$ 19,8 bilhões até 2028 para estimular investimentos voltados para transição energética das empresas automotivas.

Na avaliação de Capelli, a **reforma tributária** e a sustentabilidade fiscal são questões cruciais para o desenvolvimento industrial do país. Ele mencionou medidas recentes, como a criação da Letra de Crédito do Desenvolvimento, que permitirá investimentos de R\$ 10 bilhões a R\$ 12 bilhões da indústria nacional. E destacou que a depreciação acelerada permitirá que a indústria modernize seus parques fabris, reduzindo o tempo de amortização das máquinas de 14 para apenas dois anos, com um investimento de R\$ 3,8 bilhões por ano.

Outro ponto importante, segundo ele, é a aprovação do programa "Combustível do Futuro", que incentivará a indústria de biocombustíveis, aumentando sua participação na gasolina e no diesel.

Site:

<https://flip.correio braziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Olimpíada tributária: como se preparar para 2027? (Artigo)



Por Rafael Marin

Rafael Marin é advogado tributarista da Biolchi Empresarial.

Acorrida para se adaptar à nova **reforma tributária** já começou, e as empresas brasileiras precisam estar prontas para enfrentar os desafios que estão por vir. Assim como um atleta que, ao término de uma Olimpíada, começa a se preparar para a próxima competição, as companhias devem iniciar agora seu treinamento.

O desafio, porém, é ainda maior, pois o prazo para se adaptar é curto. Em 2026, começa a ser cobrada alíquota de 1% de IBS (Imposto sobre Bens e Serviços) e de CBS (Contribuição sobre Bens) e, em 2027, esses **impostos** passam a ser integrais. Além disso, a modalidade de operação é totalmente desconhecida, exigindo investimentos substanciais e um profundo estudo da cadeia produtiva para que as empresas continuem competitivas.

A complexidade começa pelo aumento nas obrigações acessórias. Hoje, segundo o Banco Mundial, uma organização no Brasil gasta, em média, 2.600 horas por ano para prestar esclarecimentos ao Fisco. Com a **reforma tributária**, arrisco em dizer que seremos os **campeões mundiais** nesta modalidade, tamanhas serão as exigências e processos tributários.

Além disso, as empresas precisarão correr e saltar ao

mesmo tempo. Até que a nova legislação entre em vigor na totalidade, será necessário operar simultaneamente com dois sistemas tributários: o atual e o novo. Isso trará uma complexidade enorme para os escritórios de contabilidade e exigirá investimentos em desenvolvimento de processos e softwares.

Mas o maior desafio a ser vencido será se manter competitivo com o aumento da carga tributária. Segundo estudos recentes do Ministério da Fazenda, a taxa dos novos **impostos** (IBS e CBS) poderá atingir 27,97%, caso as alterações sugeridas à reforma sejam aprovadas na Câmara dos Deputados. A projeção supera os 26,5% projetados inicialmente. A estratégia é estudar bem as novas regras e buscar os mecanismos de compensação ao invés de simplesmente absorver a nova alíquota.

O primeiro passo é a companhia conhecer qual será sua efetiva carga tributária. Entender seu processo produtivo e a aplicação dos principais insumos. Depois, mapear a carga tributária destes e os créditos que serão gerados. Observar, principalmente, se os seus fornecedores são geradores de crédito para auxiliar na redução da carga tributária. Ainda, terá que mapear os principais clientes e calcular a carga tributária efetiva (crédito-débito) na venda. Antecipar se o cliente poderá ser um gerador de créditos e como monetizá-los.

Importante, também, analisar se os créditos sobre produtos intermediários estão sendo apropriados e quais são os riscos da apropriação.

Atenção redobrada com os regimes diferenciados. A **reforma tributária** prevê, por exemplo, regimes específicos para combustíveis, serviços financeiros e cooperativas. O problema da existência disso é que essas modalidades geram impactos gerais na tributação, como o aumento de alíquotas. Será importante, dessa forma, se fazer uma análise do negócio, comparando a carga tributária no regime normal e no diferenciado. Se a ela for menos onerosa no segundo, o empresário terá que reestruturar o negócio, para se adaptar de acordo com os critérios previstos em lei para o regime específico.

As cooperativas de crédito, por exemplo, terão que fazer uma análise se será vantagem permanecer com esta natureza ou passar a explorar a atividade por

meio de sociedade mercantil, já que os serviços financeiros terão regime especial após a entrada em vigor da reforma. As análises precisam ser feitas porque regime específico não é sinônimo de regime mais benéfico - às vezes ele pode gerar carga tributária menor, porém ser mais complexo e oneroso.

Depois de toda essa análise, as empresas ainda podem descobrir que alguns dos seus fornecedores não conseguem gerar crédito - um dos casos são as companhias enquadradas no Simples Nacional. Começa aí uma nova corrida: a busca por novos fornecedores, que atendam as demandas da companhia e, ainda, contribuam com a redução da carga tributária. Para aqueles que operam no Simples Nacional, há contas importantes a fazer: em muitos casos, pode valer a pena pagar um pouco mais de imposto para gerar créditos aos seus clientes e, assim, se manter competitivo no mercado.

Para os prestadores de serviços, o cenário é ainda mais desafiador. Estão previstas alíquotas específicas e diferenciadas para profissionais liberais, como advogados, engenheiros e contadores, por exemplo. Como compram poucos insumos, esses profissionais terão, portanto, menores chances de compensação de **impostos** e a carga tributária terá um aumento substancial. O que representa um alto risco econômico para o país, uma vez que o setor de serviços é responsável por mais de 59% dos empregos formais e quase 70% do **PIB**, segundo dados do IBGE. A solução, se é que ela existe, é rever os contratos de prestação de serviços, reajustar os preços acordados e reduzir custos operacionais, como empregos, para continuar operando.

O consumidor brasileiro, pessoa física, também precisará se preparar para assistir a essa olimpíada tributária. Será uma mudança cultural para sentir, na boca do caixa, o peso da carga tributária que, hoje, é intrínseco. A partir da reforma, o imposto será aplicado na hora do pagamento, o que exigirá uma campanha educativa do setor varejista. E por falar em varejo, esse sim, será beneficiado. Os novos **tributos** (IBS e CBS), não serão cumulativos. Ou seja, não serão cobrados em cascata sobre as diversas etapas da cadeia produtiva, uma vantagem para as empresas do varejo, que terão mais oportunidades de gerar créditos na aquisição de insumos, em comparação ao panorama atual.

Essa é a nova matemática que as companhias brasileiras precisarão dominar nos próximos anos e a estratégia para vencer essa corrida começa a ser traçada agora. Quem estiver bem preparado, investindo em capacitação e em tecnologia para lidar com as mudanças, certamente estará um passo à frente na competição que é empreender no Brasil.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980?page=1§ion=1>

Governos avançam sobre lucro e atingem bolso do consumidor

Adriana Mattos e Nelson Niero De São Paulo

A necessidade de os governos federal e estadual elevarem **impostos** neste ano para dar conta de seus rombos fiscais já bateu nos resultados das empresas, e por tabela, na vida do consumidor. Esse efeito deve se estender em 2025, com mais alterações que vão pesar no bolso das companhias e logo, nos recursos para investimento.

Companhias de capital aberto afetadas pelas mudanças na tributação, válidas após janeiro, lucraram menos neste ano pelo impacto direto dessa alta. Medidas tiveram que ser tomadas, em poucos meses, para mitigar parcialmente esse peso, que não era esperado.

Pelo publicado nas demonstrações financeiras do primeiro semestre, houve, principalmente, o impacto do início da cobrança de **impostos** e contribuições sobre incentivos recebidos por investimentos feitos no país, as chamadas subvenções para investimento.

Levantamento dos balanços do primeiro semestre de 39 empresas com capital aberto, que estão entre os setores mais impactados pela alteração, mostra uma virada nos números: o que era ganho fiscal em um ano, no ano seguinte, virou despesa com **impostos**.

Pelos cálculos do Valor, as 39 empresas somaram cerca de R\$ 4,1 bilhões pagos em imposto de renda e contribuição social sobre o lucro no primeiro semestre de 2024, frente a um crédito fiscal, no mesmo período do ano anterior, de R\$ 1,1 bilhão.

Como o sinal se inverteu, o ganho que, de janeiro a junho de 2023, equivalia a 0,4% da receita líquida total somada das companhias, no mesmo período deste ano, virou um débito que representou 1,34% da receita.

No mesmo intervalo, a receita líquida das empresas analisadas subiu 4,6%, para R\$ 304 bilhões, para uma **inflação** até junho de 4,23% (IPCA). No ano anterior, quando acumularam crédito fiscal como percentual das vendas, a receita havia crescido 4%.

Nessa lista estão, principalmente, companhias de alimentos, bebidas, medicamentos, transportes e diversos segmentos do comércio, que se

beneficiavam, de alguma forma, de incentivos sobre investimentos realizados no Brasil nos últimos anos.

Somado a essa nova pressão, ainda começaram a ser aplicadas, entre janeiro e março, novas alíquotas de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nos 26 Estados e Distrito Federal. Houve um aumento de até 20% no percentual anteriormente cobrado de ICMS.

A alíquota anterior aumentou de um a quatro pontos, a depender da região, entre fim de 2023 e os primeiros meses de 2024.

Neste caso, houve repasse direto para preços dos produtos, já refletido num aumento da **inflação** medida internamente pelo comércio. "Se ICMS sobe, o repasse é instantâneo, porque ele compõe o preço final. Ninguém segura", diz uma diretora jurídica de uma cadeia de atacado.

Sobre as subvenções para investimento, o governo publicou no ano passado a Medida Provisória 1185/2023, que pegou o mercado de surpresa, e que foi transformada em lei na virada do ano. Passou-se a tributar os incentivos fiscais de investimentos das companhias como uma forma de elevar a arrecadação já em 2024. O governo projeta R\$ 35 bilhões em receita neste ano com a mudança.

Entre os negócios mais afetados estão líderes de mercado como Ambev, M. Dias Branco (dona da Piraquê e Adria), Assai, Mateus, Raia Drogasil, Randoncorp e Marcopolo, entre outras. A maior parte dos grupos ajuizou ações na Justiça, com pedido de liminares e aguardam julgamentos.

"O governo quer equilíbrio fiscal apenas aumentando carga tributária, sem cortar despesas. A questão é que, ao tributar benefícios fiscais para investimento, ele se esquece que investimento é feito dentro de uma expectativa de retorno futuro. E isso piora muito nesse ambiente", diz Pablo Cesário, presidente-executivo da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca).

Entre as ações tomadas para diluir os efeitos, as empresas lançaram mão do que chamam de "contramedidas". Segundo o advogado André Buttini de Moraes, sócio-fundador do escritório ButtiniMoraes,

que acompanha o tema das subvenções desde 2013, as empresas trataram de usar prejuízos fiscais ou créditos acumulados, por exemplo, para compensar o impacto da tributação maior. O Mateus, maior rede de atacarejo do Nordeste, seguiu esse caminho.

A atacadista disse, em seu balanço do segundo trimestre, que teria que reconhecer R\$ 138 milhões em Imposto de Renda no período por causa da nova lei, 630% acima do mesmo intervalo de 2023. De janeiro a junho, a alta foi de 1.100%, para R\$ 233 milhões. Para mitigar, em parte, essa despesa, o grupo usou a compensação de crédito fiscal via prejuízos acumulados.

A fabricante de bebidas Ambev tentou compensar com um resultado financeiro melhor e ganhos em eficiência operacional, mas as despesas maiores por causa do aumento do imposto de renda levou a um recuo do lucro de 2,5% no semestre.

"Ainda haveria, para as companhias, a opção de distribuir juros sobre capital próprio, o que beneficia a linha de Imposto de Renda. Há ações possíveis para amenizar o impacto, mas de qualquer forma, toda essa insegurança jurídica criada é bem mim para os planos de investimentos desses setores", diz Moraes.

Na prática, as subvenções envolvem incentivos fiscais que podem ser gerados na abertura ou expansão de fábricas, de centros de distribuição ou na compras de ma-quinários, e são concedidos pela União, Estados e Municípios.

A Lei 14.789/23, resultado da MP de 2023, definiu que, após janeiro, as receitas de subvenção de ICMS começariam a ser tributadas pelo IRPJ/CSLL e pelo PIS/Cofins. Com isso, passou a ser taxado o benefício que reduzia ou as isentava de pagamento de **tributos** como contrapartida a investimentos.

Até 2023, as empresas abatiam esses incentivos, melhorando o lucro líquido. Mas a nova lei, sancionada em dezembro pelo presidente Lula, exclui benefícios vinculados a gastos de custeio, focando em incentivos que promovam investimentos produtivos.

O novo texto ainda modificou as regras de dedução dos juros sobre capital próprio (JCP), restringindo a base de cálculo, e logo, limitando eventuais ganhos fiscais. E o tema ainda pode passar por mais mudanças em 2025.

O governo tem projeto de lei para aumento na tributação do JCP passando de 15% para 20%, em 2025. Isso deve trazer aos caixas da União receita adicional de R\$ 6,01 bilhões só em 2025. Quem paga é o investidor pessoa física, que aplica seus recursos

nas empresas, que por sua vez, usam esse capital para investimentos e crescimento.

Para o Ministério da Fazenda, as medidas são uma forma de reduzir distorções. A previsão do Ministério da Fazenda é arrecadar R\$ 35 bilhões em 2024 com a taxaço sobre os incentivos.

Na visão da Abrasca, houve dois impactos principais neste ano: a questão das subvenções e a nova lei de preços de transferência, um método que calcula operações entre empresas no exterior e seus negócios no Brasil. Em ambas, as regras passaram a valer após janeiro.

Para o governo, o fato de o país estar crescendo, assim como as empresas voltadas ao consumo, segundo último dado do **PIB** publicado na quarta-feira (4), abre espaço para se acomodar uma revisão da política de incentivos. A Abrasca, porém, ressalva que essa expansão pode perder força em 2025.

"O crescimento das companhias reflete as reformas trabalhista e previdenciária, e o marco do saneamento, que foram avanços aprovados anos atrás, além do aumento recente do gasto público. Mas isso pode ter fôlego curto, porque o rombo fiscal do país deve levar a uma manutenção de uma política monetária restritiva, até com possível aumento de juros se a **inflação** voltar a subir", diz Cesário.

O efeito dessa expansão da carga tributária foi sentido, principalmente, pelas empresas voltadas a mercado interno porque o benefício fiscal ocorre em cima do ICMS.

Na Ambev, de janeiro a junho, as despesas com IR e CSLL alcançaram R\$ 1,65 bilhão, comparadas a um ganho fiscal de R\$ 167 milhões um ano antes. A alíquota efetiva de imposto foi de 20,9%, ante uma taxa negativa de 2,7% um ano antes.

Antes do efeito dos **impostos**, a empresa tinha um lucro líquido aos controladores de R\$ 7,9 bilhões de janeiro a junho, que caiu para R\$ 6,1 bilhões após os **tributos**, um recuo de 1,7%. A empresa disse a analistas, em agosto, que houve efeitos da redução dos incentivos e da menor dedução dos juros sobre capital próprio.

"A lei mudou e vamos seguir cumprindo a lei. O que está no nosso controle é a gestão de custos e despesas, a receita por hectolitro, e estamos fazendo isso de forma consistente", disse, em agosto, Lucas Lira, diretor financeiro da Ambev. Procurado, o grupo não se manifestou.

Quem também sentiu no lucro o efeito das mudanças

foram a Randoncorp, na área de transportes, a Raia Drogasil (RD), de varejo farmacêutico, e a Grendene, fabricante de calçados.

Maior cadeia de farmácias do país, a RD teve uma alta de 133% do imposto de renda e contribuição social no semestre, com uma apuração de R\$ 101,5 milhões de abril a junho. Isso equivaleu a 1% da receita bruta, um aumento de 0,2 pontos frente a 2023.

A alíquota efetiva foi de 22,2% sobre o lucro antes de IR, avanço de 4,2 pontos. "Esse aumento inclui um impacto negativo de 7,2 pontos pelo início da tributação das subvenções e de 2,4 pontos pela provisão menor de JCP, ambos em decorrência da lei", diz no balanço.

A margem Ebitda recuou de 8,5% para 7,9% no segundo trimestre, por causa da alteração nas subvenções e por um reajuste de preços anual de medicamentos abaixo de 2023.0 lucro caiu 4%.

Na Randoncorp, fabricante de reboques, houve retração de 1,3 ponto na margem líquida e de 25,5% no lucro líquido de abril a junho, reflexo de efeitos não recorrentes e da maior alíquota efetiva de IR e CSLL.

Na fabricante de calçados Grendene, a tributação das subvenções custou R\$ 5 milhões de abril a junho e R\$ 10,5 milhões no semestre. Ao desconsiderar o efeito da lei, a receita líquida teria crescido 4,4%, e não 3,7% no semestre, como ocorreu.

O lucro operacional foi R\$ 100 mil menor por causa do mudanças nas regras, atingindo R\$ 42,4 milhões, alta de 47%. Procuradas, RD, Grendene e Randoncorp não se manifestaram.

A nova lei definiu que a empresa tributada, que recebe as subvenções, poderia apurar um crédito fiscal dentro de determinadas regras, mas há um "labirinto complexo" para conseguir essa compensação. "Muito difícil cumprir todas as exigências, então as empresas ainda estão estudando como obter esse crédito, enquanto já estão tendo que gerir essa carga tributária mais pesada", diz Marcelo Guimarães Francisco, sócio tributário do escritório Mattos Filho.

"Há ações para mitigar parte do imposto maior, mas essa insegurança jurídica criada é bem ruim para os planos" André de Moraes

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980>

HSBC avalia fundir banco comercial e de investimento

O HSBC Holdings Plc avalia combinar suas divisões de banco comercial e de investimento como parte da iniciativa do novo CEO, Georges Elhedery, de eliminar funções sobrepostas na instituição e reduzir despesas.

O esforço uniria os negócios bancários e de mercados globais do HSBC, que atendem grandes corporações multinacionais e abrigam as divisões comerciais e de banco de investimento da instituição, com seu braço bancário comercial, de acordo com pessoas familiarizadas com o assunto.

A divisão combinada se tornaria a maior geradora de receitas do banco, contribuindo com cerca de US\$ 40 bilhões por ano para os cofres do HSBC e ultrapassando a sua gestão de fortunas e o seu negócio bancário pessoal. Também reuniria uma forte força de trabalho, composta por mais de 90 mil pessoas, para conquistar negócios com empresas de todos os tamanhos.

Nenhuma decisão final foi tomada e os detalhes de qualquer possível reestruturação ainda podem mudar, disseram as pessoas, que pediram anonimato para discutir informações que ainda não são públicas. Um porta-voz do HSBC não quis comentar.

As ações do HSBC dispararam brevemente com as notícias antes de desacelerar os ganhos e fechar em alta de 1,90%, a 661,10 libras, na Bolsa de Londres.

Os executivos do HSBC já consideraram uma união das divisões bancárias comercial e global no passado, mas a proposta encontrou anteriormente forte resistência interna e o ex-CEO do HSBC Noel Quinn se opôs à ideia, de acordo com fontes.

Quinn, que subiu na hierarquia do banco comercial, argumentou anteriormente que combinar as equipes de cobertura das duas divisões seria muito perturbador, disseram pessoas familiarizadas com o assunto. Após a saída de Quinn no início deste mês, a ideia está ganhando uma nova cara, à medida que a instituição busca maneiras de simplificar seus negócios, disseram as pessoas.

Elhedery enfatizou que pretende continuar a estratégia de Quinn de orientar o banco para os seus principais mercados na Ásia. O executivo nascido no Líbano começou como CEO nos escritórios do banco em

Hong Kong, o mercado mais importante do banco, e não em Londres, onde a instituição está sediada.

Ainda assim, o fato de estar avaliando a reestruturação de duas das maiores e mais importantes áreas do HSBC mostra que Elhedey procura deixar sua própria marca no gigante bancário de 159 anos.

A unidade combinada abrigaria cerca de 92.125 funcionários no total, embora alguns executivos acreditem que a união poderia permitir ao banco eliminar algumas funções duplicadas de "backoffice", disseram as pessoas.

O banco comercial, que tem ofertas para pequenas e médias empresas em 50 mercados, registrou um lucro antes de **impostos** de US\$ 13,3 bilhões em 2023, enquanto o banco global e o braço de mercados geraram US\$ 5,9 bilhões. Os serviços bancários pessoais e patrimoniais, que servem 41 milhões de clientes em todo o mundo, geraram cerca de US\$11,5 bilhões.

Numa das primeiras medidas que tomou quando se preparava para assumir as rédeas do banco, Elhedery transferiu Barry O'Byrne, que liderou a atividade de banco comercial durante quatro anos, para supervisionar a área de banco pessoal e de patrimônio. Ele foi substituído interinamente por Jo Miyake, enquanto o HSBC realiza um processo formal de recrutamento para encontrar um sucessor para O'Byrne.

Outro executivo, Greg Guyett, dirigiu o setor bancário e de mercados globais durante os últimos quatro anos. Guyett passou quase três décadas no J.P. Morgan Chase, em várias funções no banco de investimento americano.

As deliberações de Elhedery surgem no momento em que o HSBC procura controlar as despesas, com os bancos centrais de todo o mundo começando a reduzir as taxas de juros, medidas que ameaçam as margens dos grandes bancos globais.

Nas suas primeiras reuniões com as equipes, Elhedery sublinhou que os funcionários devem procurar manter as suas despesas sob controle. O banco já começou a abrandar as contratações e pediu aos empregados

que fossem mais criteriosos nas suas despesas de deslocamento e entretenimento.

O antigo diretor financeiro também considerou planos que poderiam remover camadas de gestão intermediária no maior banco da Europa, espelhando medidas semelhantes tomadas pelos rivais Citigroup e Standard Chartered.

A combinação de áreas segue uma medida semelhante adotada pelo J.P. Morgan no início deste ano, quando o CEO Jamie Dimon nomeou Jenn Piepszak e Troy Rohrbaugh para liderar um banco comercial e de investimento ampliado, que inclui o banco comercial, o banco de investimento, o banco de empresas, os mercados, os serviços de valores mobiliários e os pagamentos globais.

Por outro lado, o Citigroup, rival do HSBC, dividiu recentemente o seu chamado grupo de clientes institucionais em três unidades menores - uma divisão bancária, uma unidade de mercados e um grupo de serviços - como parte da atual reformulação do banco americano levada a cabo pela CEO Jane Fraser.

Divisão combinada se tornaria a maior geradora de receitas do banco, contribuindo com cerca de US\$40 bilhões por ano

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980>

"Os números mostram um cenário positivo"

» **MARIA BEATRIZ GIUSTI*** **Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel*

» ENTREVISTA | DÉCIO LIMA | PRESIDENTE DO SEBRAE

Criar um negócio ou investir em um empreendimento é o sonho de muitos brasileiros e, para 20 milhões de microempreendedores, isso já é realidade. De acordo com o presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Décio Lima, o órgão está "perplexo" com os recentes indicadores da economia do país, como o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**), com alta de 1,4% no segundo semestre do ano - acima das expectativas do mercado.

Lima demonstra otimismo com o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e não acha que a **inflação** deverá subir muito no segundo semestre. "Somente neste ano, já contabilizamos 2,8 milhões de novas micro e pequenas empresas criadas. Então, eu não acredito que vai ter **inflação**, porque os números estão mostrando o cenário positivo", afirmou Lima, aos jornalistas Denise Rothenburg e Ronayre Nunes, em entrevista ao PodCast do Correio.

Um dos maiores desafios do Sebrae, segundo Lima, é convencer os microempreendedores a formalizarem o negócio, porque é importante e dá credibilidade." Ele destacou, inclusive, o ganho nesse processo para o Microempreendedor Individual (MEI). "Aqueles que se formalizam como MEI aumentam sua renda em até 25%, além de conseguir se proteger de eventuais situações, porque passam a ter Previdência e passam a estar protegidos pelo Estado", afirmou.

Na entrevista, Lima destacou que o objetivo do Sebrae é pulverizar o crédito para a micro e a pequena empresa, e, para isso, o órgão ampliou para R\$ 30 bilhões a carteira de crédito neste ano - valor bem acima dos valores recorrentes por ano, de R\$ 1 bilhão. Ele ressaltou que muitos microempreendedores não sabem que é possível conseguir crédito sem garantia para montar o negócio junto ao Sebrae.

"Nós, do Sebrae, fizemos um Fundo Garantidor, em que o micro e o pequeno empreendedor podem ter a garantia do investimento. Com a garantia do Sebrae, automaticamente, o risco cai, e os juros, também", afirmou Lima.

A seguir, os principais trechos da entrevista ao

Podcast do Correio, onde Décio Lima explicou como o Sebrae facilita a vida do microempreendedor.

a chegada do projeto Brasil mais Produtivo, que visa inserir a inteligência artificial nos negócios, inclusive para os microempreendedores. Como o Sebrae ajuda este empreendedor a tornar o seu negócio mais tecnológico?

Hoje, no Brasil, trabalhamos com os conceitos de economia sustentável e de economia globalizada, que universalizou junto com a inovação, onde não tem mais limites e fronteiras e o mundo está integrado. Inclusive, dentro de um processo de compra e venda, está essa revolução mágica que é a inteligência artificial.

Ela precisa estar em todos os acontecimentos do desenvolvimento econômico. Não existe mais longevidade para economia analógica, inclusive para os microempreendedores.

Como o Sebrae representa isso?

O Sebrae representa todo esse desenvolvimento. Por exemplo, na política de crédito que tínhamos para os pequenos negócios, a recorrência anual era de R\$ 1 bilhão, e a carteira que lançamos, neste ano, foi de R\$ 30 bilhões, uma prática pertinente ao Sebrae para pulverizar na pequena economia brasileira. Mas, mesmo assim, 88% dos MEIs não acessam os créditos. Agora, imaginar que, em uma economia como a nossa, 95% das empresas são micro e pequenas (empresas), o que corresponde a 55% dos empregos formais, o setor não mantém acesso aos créditos.

Ou seja, nós somos os excluídos desse ambiente tão importante para fortalecer a longevidade dos negócios e fazer escala com a economia brasileira.

Então, agora, passamos a ter essa grande porta para o empreendedor, e o Sebrae entra com a rica experiência para dar aquilo que é importante para os microempreendedores. Os micros e pequenos empreendedores são aqueles homens e mulheres que acordam de manhã e vão à luta, mas eles se deparam com um mercado que não foi feito para eles, se deparam com um mercado burocratizado que foi feito para acumular riqueza.

O Sebrae abraça justamente essas pessoas, para dar condições para que eles investirem em

desenvolvimento e inovação.

Como o microempreendedor pode ir atrás desse crédito do Sebrae?

Isso é um grande desafio que temos, porque o Brasil não tem cultura de crédito. Então, quando o microempreendedor encontra essa porta de oportunidade de crédito, ele acha que aquele lugar não foi feito para ele, porque não tem garantia. E, em um país como o Brasil, temos ainda um processo cultural muito cruel: nós não temos a cultura de avaliar um para o outro, não temos o espírito de solidariedade quando se trata do mercado financeiro.

Mas, nós, do Sebrae, fizemos um Fundo Garantidor, em que o micro e o pequeno empreendedor podem ter a garantia do investimento.

Com a garantia do Sebrae, automaticamente, o risco cai, e os juros, também.

O Sebrae vai pegar na mão do microempreendedor e fazê-lo pegar o crédito na garantia que ele vai ter a consolidação do seu negócio e saber que não vai sair quebrado no outro dia.

é possível observar, agora, que as importações brasileiras não vêm mais de grandes conglomerados.

Qual é a avaliação do Sebrae?

Hoje, quando falamos de importação e exportação, de economia globalizada, a maioria pensa que isso é coisa de grandes produtores, mas, na realidade, qualquer pessoa pode comprar produtos do outro lado do mundo por meio do celular, das redes sociais e da inteligência artificial.

Mas nós também estamos levando os pequenos e microempreendedores para vender a sua inteligência para o outro lado.

Quando pegamos os grandes varejistas, hoje, 80% do processo produtivo dessas lojas são feitos por pequenos produtores.

Qual a importância do mEi para o Sebrae?

Aqueles que se formalizam como MEI aumentam sua renda em até 25%, além de conseguir se proteger de eventuais situações, porque passam a ter providência e passam a estar protegidos pelo Estado. Ser formalizado traz mais credibilidade para o negócio. É um desafio permanente do Sebrae convencer os empreendedores a se formalizarem, porque é importante para o negócio.

Como o Sebrae avalia o cenário do mercado financeiro com essa alta do **PIB** acima do esperado?

Na volta do presidente Lula para o terceiro mandato, o Brasil teve a clareza de que não pode ter um modelo neoliberal de economia, que seria a ausência de Estado. Em 2016, nós éramos a 6ª maior economia do mundo.

Com a autonomia do Banco Central, chegamos a 13ª economia do mundo, voltamos a ser uma paisagem visível do desemprego, o Brasil voltou para o mapa da fome, com 50 milhões de brasileiros nesse ambiente miserável.

Agora, um pouco mais de um ano e meio depois da volta de Lula, nós vemos a maior empregabilidade dos últimos 10 anos. Saímos de 13% de desemprego para 6,8%, Recuperamos o crescimento econômico, que já nos leva a ser a 8ª maior economia do mundo. Por exemplo, com o crescimento de 14% na venda de veículos comparado ao ano passado, o Brasil se tornou o segundo país no mundo a receber investimentos internacionais e, agora, no último trimestre.

Além disso, o **PIB** do Brasil ficou em segundo lugar no mundo com o crescimento de 1,4% (no segundo trimestre deste ano). Esses números, inclusive, estão deixando nós, do Sebrae, perplexos, porque, somente neste ano, já contabilizamos 2,8 milhões de novas micro e pequenas empresas criadas. Então, eu não acredito que vai ter **inflação**, porque os números estão mostrando o cenário positivo.

Existem críticos que dizem que o cenário positivo é apenas uma onda que o país está passando, como o senhor avalia?

Essas ondas estão batendo de forma muito forte no país, mas essas ondas não são por acaso, são em razão da construção do conceito da inclusão e do estado social, o olhar que nós temos que ter para o Brasil, como um país plural e de riqueza extraordinário.

Outros acontecimentos são importantes para recuperar a credibilidade institucional do Brasil, como a presidência do Mercosul. Um ambiente de democracia ajudou a reconstruir o país.

Qual é a sua avaliação sobre a posição do governo brasileiro em relação à Venezuela?

O presidente Lula tem a democracia como valor principal, por outro lado, ele tem que ter a cautela de um estadista. A Venezuela é a maior reserva de petróleo do mundo. Então, nós temos que achar uma

forma que não se permita perder a soberania latino - americana. Agora, jamais vamos imaginar que a defesa da América Latina esteja fora dos valores da democracia.

E sobre a polêmica da suspensão do X, como o senhor avalia?

O Brasil não se resignou a abaixar a cabeça para um bilionário (Elon Musk, dono do antigo Twitter). Eu estou feliz com a decisão do ministro Alexandre de Moraes (do Supremo Tribunal Federal), porque resguarda a autoridade brasileira e os princípios da soberania da nossa nação, mas eu não queria que tivesse chegado a esse ponto.

"O Sebrae vai pegar na mão do microempreendedor e fazê-lo pegar o crédito na garantia que ele vai ter a consolidação do seu negócio e saber que não vai sair quebrado no outro dia"

"Na política de crédito que tínhamos para os pequenos negócios, a recorrência anual era de R\$ 1 bilhão, e a carteira que lançamos, neste ano, foi de R\$ 30 bilhões

"O Brasil não se resignou a abaixar a cabeça para um bilionário (Elon musk)"

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Mercado eleva projeções de juros e inflação

RAFAELA GONÇALVES

Economistas do mercado financeiro voltaram a elevar as projeções para a taxa básica da economia (Selic) e para a **inflação**.

Segundo os dados do boletim Focus, divulgado, ontem, pelo Banco Central (BC), o indicador deve subir dos atuais 10,50% para 10,75% ao ano no fim deste ano. A projeção reforça as expectativas de uma alta dos juros na próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), marcada para a próxima semana, entre os dias 17 e 18.

A mediana das estimativas do mercado para a taxa Selic em 2025 também foi revisada para cima, passando de 10% para 10,25% ao ano. "Essa mudança nas expectativas de juros indica que o mercado está atento ao comportamento da **inflação**, que tem surpreendido negativamente, e esse aumento nos juros visa ancorar as expectativas inflacionárias, controlando o consumo e o aumento de preços", avaliou Sidney Lima, analista da Ouro Preto Investimentos.

A expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a **inflação** oficial, passou de 4,26% para 4,30%, em 2024, na oitava semana consecutiva de alta. A revisão ocorre na véspera da publicação do IPCA, que será divulgado hoje pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A previsão para 2025 permaneceu em 3,92%. A projeção para 2026 foi mantida em 3,60%, assim como a de 2027, em 3,50%.

A meta de **inflação** estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3% ao ano, com limite superior de 4,50%.

A mediana das perspectivas para o Produto Interno Bruto (**PIB**) de 2024 também foi revisada para cima, passando de 2,46% para 2,68%. Já a previsão para 2025 passou de 1,85% para 1,90%.

O vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Geraldo Alckmin, comemorou os dados do boletim. O vice disse que o país é um "foguetete" e que está "surpreendendo até os mais céticos". "E esse número vai crescer ainda mais", escreveu na rede social Threads.

10,75% Nova mediana das estimativas para a taxa Selic no fim do ano, conforme boletim Focus

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Selic deve fechar o ano em 11,25%

A mediana do mercado para a taxa Selic no fim de 2024 disparou 0,75 ponto percentual no relatório Focus, de 10,50% para 11,25%, interrompendo uma sequência de 11 semanas de estabilidade e acompanhando a onda de revisões nas projeções deflagrada pela subida de tom do diretor de Política Monetária do Banco Central (BC), Gabriel Galípolo, no início de agosto.

Várias instituições do mercado vinham anunciando revisões isoladamente, mas o ponto intermediário das estimativas do Focus vinha se mantendo intacto, enquanto os analistas do mercado aguardavam por uma bateria de dados que daria o termômetro sobre a eventual necessidade de o BC voltar a aumentar os juros.

Esses números foram divulgados na semana passada. Na terça-feira, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 1,4% no segundo trimestre, na margem - mais perto do teto (1,6%) do que da mediana (0,9%) da pesquisa Projeções Broadcast.

Na sexta-feira, o relatório de empregos dos Estados Unidos, o payroll, e declarações de dirigentes do Federal Reserve (Fed, o banco central americano) não deixou claro se o primeiro corte dos juros no país seria de 0,25 ou 0,50 ponto, mas a expectativa de uma baixa menor acabou se estabelecendo como majoritária.

Embora o BC repita que "não há relação mecânica" entre a política monetária brasileira e a americana, analistas do mercado consideravam que um eventual corte maior de juros em setembro poderia permitir que o Comitê de Política Monetária (Copom) mantivesse a taxa Selic estável por aqui.

Não à toa, a alta da mediana geral da Selic acompanhou o movimento das estimativas atualizadas os últimos cinco dias úteis, que também passaram de 10,5% para 11,25%.

A mediana para a taxa Selic no fim de 2025 também subiu, de 10,0% para 10,25%. Levando em conta as projeções atualizadas os últimos cinco dias úteis, passou de 10,0% para 10,50%. As estimativas intermediárias para o fim de 2026 e 2027 se mantiveram em 9,5% e 9,0%, respectivamente.

Crescimento

A previsão do mercado financeiro para o crescimento da economia brasileira neste ano subiu de 2,46% para 2,68%. A revisão de 0,22 ponto percentual para cima ocorre após a divulgação do Produto Interno Bruto (**PIB**) do segundo trimestre do ano, que surpreendeu e subiu 1,4% em comparação ao primeiro trimestre. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na comparação com o segundo trimestre de 2023, a alta foi de 3,3%.

Para 2025, a expectativa para o **PIB** passou de 1,85% para 1,9%. Para 2026 e 2027, o mercado financeiro também projeta expansão do **PIB** em 2%, para os dois anos.

Em 2023, também superando as projeções, a economia brasileira cresceu 2,9%, com um valor total de R\$ 10,9 trilhões, de acordo com o IBGE.

Em 2022, a taxa de crescimento havia sido 3%.

A previsão de cotação do dólar está em R\$ 5,35 para o fim deste ano. No fim de 2025, a previsão é que a moeda norte-americana fique em R\$ 5,30.

Inflação

Nesta edição do Focus, a previsão para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerada a **inflação** oficial do país - em 2024 passou de 4,26% para 4,3%.

Para 2025, a projeção da **inflação** ficou em 3,92%. Para 2026 e 2027, as previsões são de 3,6% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para 2024 está acima da meta de **inflação**, mas ainda dentro de tolerância, que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3% para este ano, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

A partir de 2025, entrará em vigor o sistema de meta contínua, assim, o CMN não precisa mais definir uma meta de **inflação** a cada ano. O colegiado fixou o centro da meta contínua em 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Em julho, puxado principalmente pelos preços da gasolina, passagens de avião e energia elétrica, a

inflação do país foi 0,38%, após ter registrado 0,21% em junho. De acordo com o IBGE, em 12 meses, o IPCA acumula 4,5%, no limite superior da meta de **inflação**.

4,3%. É A ESTIMATIVA DO IPCA NO FINAL DE 2024

Site:

<https://edicaodigital.jornaldebrasil.com.br/pub/jornaldebrasil/?edicao=18066>

Mercado vê novo ciclo com quatro altas de 0,25 ponto para a Selic

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

Depois da alta mais forte do que o esperado do Produto Interno Bruto (**PIB**) no segundo trimestre, e da consolidação da expectativa de que o Federal Reserve (Fed, o banco central americano) deve adotar um ritmo mais brando de corte nos juros nos Estados Unidos, as projeções do mercado financeiro para a taxa Selic dispararam.

O Boletim Focus, divulgado ontem pelo Banco Central, mostra que a mediana das projeções de bancos e gestoras de recursos aponta para alta de 0,75 ponto porcentual na taxa Selic até o fim do ano, dos atuais 10,5% para 11,25%. É prevista ainda nova alta de 0,25 ponto em janeiro de 2025. A mudança interrompe sequência de 11 semanas de estabilidade na média das expectativas para os juros.

Na terça-feira da semana passada, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) informou que o Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro cresceu 1,4% no segundo trimestre, bem acima da média das projeções.

Combinada com o mercado de trabalho ainda bastante aquecido, a alta surpreendente do **PIB** fez crescer entre os economistas o temor de que o País não tem como manter esse ritmo de expansão acelerada sem que haja pressão sobre os índices de **inflação**.

Os dados do Focus acompanham onda de revisões nas projeções da Selic deflagrada pela subida de tom do diretor de Política Monetária do BC, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Lula para o comando da instituição. No início de agosto, Galípolo admitiu o risco de a **inflação** ficar "desancorada", e que os juros teriam de subir para trazê-la de volta à meta se fosse necessário. Desde então, muitos analistas do mercado vinham fazendo revisões, mas o ponto intermediário das estimativas do Focus para a Selic se mantinha.

Também na semana passada, o relatório de empregos da economia americana, o payroll, e declarações de dirigentes do Fed não deixaram claro se o primeiro corte dos juros este mês pela instituição seria de 0,25 ou 0,50 ponto.

Firmou-se, porém, como majoritária a projeção de um

corte menor nos EUA.

NOVO CICLO. Embora o BC diga que "não há relação mecânica" entre a política monetária brasileira e a americana, analistas de mercado avaliam que um eventual corte maior de juros este mês nos EUA permitiria ao Comitê de Política Monetária (Copom) manter a Selic estável por aqui.

Pelas novas estimativas, porém, a Selic deve subir a 10,75% na próxima reunião, de 18 de setembro, avançando a 11,0%, em 6 de novembro, e a 11,25%, em 11 de dezembro. E ainda na primeira reunião do Copom de 2025, em 29 de janeiro, quando a taxa chegaria 11,50%.

Ritmo Projeções indicam altas nas três reuniões do Copom ainda neste ano, e outra no início de 2025

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Projeção para o IPCA vai a 4,3%, mais próxima do teto da meta, de 4,5%

CÍCERO COTRIM BRASÍLIA

As projeções para a **inflação** deste ano foram novamente revistas para cima. De acordo com o Boletim Focus divulgado ontem, a mediana para o IPCA de 2024 subiu de 4,26% para 4,30%, pela oitava semana seguida, aproximando-se ainda mais do teto da meta de **inflação**, que é de 4,50%.

Parte desse salto reflete a alta na projeção dos preços administrados, que subiu de 4,79% para 4,83%, o que pode estar relacionado ao anúncio da adoção da bandeira vermelha 2 para as tarifas de energia.

Anunciada na noite da sexta-feira, 30 de agosto, a medida acabou ficando de fora das estimativas de IPCA do relatório Focus da semana passada. Economistas ouvidos pelo Estadão/ Broadcast calculam que a bandeira vermelha 2 poderia adicionar entre 0,43 e 0,52 ponto percentual à **inflação**, se mantida até dezembro.

Mas na última quarta-feira, dia 4, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) revisou o patamar da bandeira vermelha de 2 para 1, o que pode resultar numa diminuição da mediana de IPCA para 2024, já que o impacto desse novo patamar seria significativamente menor, entre 0,24 e 0,28 ponto percentual.

Ainda não é possível saber quanto as estimativas do Focus desta semana já captaram essa mudança, já que os analistas são incentivados a revisar suas projeções nas sextas-feiras que antecedem as reuniões do Copom. O colegiado volta a se reunir na próxima semana, a partir do dia 17.

HORIZONTE RELEVANTE. No horizonte relevante com que o BC trabalha para trazer o IPCA à meta - que é a **inflação** acumulada em 12 meses até março de 2026 - as projeções do mercado para o IPCA continuam acima das estimativas da autoridade monetária, mesmo agora que a taxa Selic projetada no relatório Focus já supera com folga o "cenário alternativo" da autoridade monetária - que considera a Selic em 10,5% em 2025. Enquanto o mercado espera o IPCA a 3,77% nesse período, a estimativa do BC é de 3,2%.

ALTA DO PIB. A mediana das projeções para o

crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) neste ano também voltou a subir, pela quarta semana consecutiva, passando agora de 2,46% para 2,68%. Considerando apenas as 42 projeções coletadas pelo Focus que foram atualizadas nos últimos 30 dias úteis, porém, a mediana para o **PIB** de 2024 disparou de 2,47% para 3,0%. De acordo com os analistas, essa métrica reflete melhor as revisões feitas desde a última terça-feira, quando foram conhecidos os números do **PIB** do segundo trimestre.

A projeção do Focus para o crescimento do **PIB** de 2025 também aumentou, de 1,85% para 1,90%. Os economistas do mercado não alteraram as projeções de crescimento da economia em 2026 e 2027. Ambas permaneceram em 2%, como já estão há 57 semanas e 59 semanas, respectivamente.

Alvo 3,2% é a **inflação** projetada pelo Banco Central para os 12 meses até março de 2026, que é o "horizonte relevante" para a meta de **inflação**, muito abaixo dos 3,7% projetados pelos analistas de mercado ouvidos no Boletim Focus

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

Apesar das pressões de alta, Fazenda não vê a inflação fora da meta

AMANDA PUPO BRASÍLIA

Com as apostas de alta da taxa Selic cada vez mais consolidadas no mercado, a equipe econômica mantém o tom discreto adotado publicamente pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, nos últimos dias, e evita comentar qual deve ser a conduta do Banco Central.

Os integrantes da pasta, por sua vez, se mantêm firmes na avaliação de que a **inflação** fechará o ano dentro da meta, de 3%, com teto de 4,5%. A previsão foi reforçada ao Estadão/ Broadcast pelo secretário de Política Econômica da Fazenda, Guilherme Mello, após a mediana para a Selic no fim de 2024 disparar 0,75 ponto percentual, de acordo com o Boletim Focus divulgado ontem, passando de 10,5% para 11,25%.

"Quem decide política de juros é o BC. Nosso cenário segue sendo de **inflação** dentro da meta e em desaceleração neste ano e nos próximos", disse Mello ao ser questionado se a Fazenda via fundamento técnico nessa aposta do mercado.

No caso do IPCA para este ano, a mediana do Focus subiu pela oitava semana consecutiva, de 4,26% para 4,30%, aproximando-se do teto de 4,50%.

As projeções do mercado se distanciam cada vez mais da previsão oficial da Fazenda, que em seu último relatório de projeções macroeconômicas, publicado em julho, já havia alterado de 3,7% para 3,9% a estimativa para o IPCA neste ano.

A Fazenda terá a oportunidade de revisar ou não este dado este mês, quando lançar o novo relatório de projeções.

"DESELEGANTE". Segundo as estimativas do Focus, a Selic deve ter três altas ainda este ano: indo a 10,75% já na próxima reunião, de 18 de setembro, passando a 11% em 6 de novembro e a 11,25% em 11 de dezembro. O debate sobre quais devem ser os próximos passos do BC coloca a Fazenda numa posição difícil diante do governo. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva criticou duramente o BC e seu presidente, Roberto Campos Neto, antes do início dos cortes na taxa básica. A situação é mais delicada desta vez, porque partiu do indicado do presidente para o comando da autarquia, Gabriel Galípolo, as

primeiras indicações de que o BC poderia elevar a Selic para colocar a **inflação** na meta.

Haddad tem tentando se manter distante da discussão.

Na semana passada, em entrevista à GloboNews, ele disse que seria "deselegante" opinar sobre o que o BC deve fazer.

"Confio muito na capacidade técnica das pessoas que estão à frente do BC", esquivou-se.

Revisão Fazenda divulga neste mês nova versão de seu relatório de projeções macroeconômicas

Site: <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo/>

É urgente dar fim à farra das bets (Artigo)

Zeca Dirceu é deputado federal (PT-PR)

Onipresentes e de fácil acesso, casas de apostas on-line -as bets -viciam e arruinam famílias. Por isso, devem ter o mesmo tratamento que cigarros e bebidas: proibição de publicidade e alta taxaço. Os dados são estarrecedores.

Pesquisa recente do Banco Itaú mostrou que os brasileiros gastaram R\$ 68,2 bilhões em casas de apostas on-line em 12 meses, sofrendo prejuízo de R\$ 23,9 bilhões. Esse número equivale a 0,2% do **PIB** brasileiro, 0,3% do consumo total e 1,9% da massa salarial. É uma dinheirama.

Pessoas humildes têm sido enganadas 24 horas por dia, com um turbilhão de anúncios na mídia, em jogos de futebol e nas redes sociais, em que prosperam figuras públicas e influencers, que manipulam a boa-fé e prometem o milagre de milhões de reais aos incautos.

Isso atinge frontalmente a saúde financeira, mental e física de jovens e adultos, mas até crianças têm ficado expostas a essa insidiosa máquina de fazer dinheiro. Boa parte das plataformas está no exterior, sem transparência e nenhum controle público nacional.

Há relatos de que até beneficiários do Bolsa Família detonam o que ganham em apostas e jogos como o conhecido Tigrinho. Há trabalhadores rurais endividados, famílias que perdem suas casas, adoecimento mental, diminuição de recursos para a compra de itens básicos. Pior, há casos de suicídio de jovens que não conseguem pagar o que devem.

O hábito torna-se um vício insustentável, em grande parte dos casos, gerando também problemas graves de relacionamento familiar e afetivo, isolamento social, sensação de fracasso e até endividamento insolúvel. O tratamento de problemas de saúde mental relacionados ao vício já tem impactado substancialmente o SUS.

Diferentes estudos mostram que 86% dos brasileiros que fazem esse tipo de jogo já estão endividados. Antes restrita ao público que torce por times de futebol, a prática espalhou-se a todos os segmentos sociais, diante das milionárias verbas de publicidade das casas de apostas em todos os meios de comunicação e redes sociais. Vende-se a ilusão da riqueza sem trabalho.

Segundo pesquisa do Instituto Locomotiva, no total 52 milhões de brasileiros adultos já fizeram apostas esportivas em sites ou apps especializados. Desses, 79% são das classes C, D e E, e 76% possuem cartão de crédito.

Estudo da consultoria PwC Strategy do Brasil mostra que as apostas equivalem a 76% das despesas de "lazer e cultura" das classes D e E ou a cerca de 5% do que é destinado à alimentação. Fica mais grave a estatística quando se sabe que 43% do povo brasileiro revela não ter segurança financeira, conforme mostra a pesquisa Hopes and Fears 2024.

Encerrada a regulamentação das apostas on-line, já há mais de cem pedidos de autorização de funcionamento de empresas da área. Mas regular para arrecadar não resolve o problema. A questão é mais profunda.

A publicidade das apostas deve acabar ou tornar-se extremamente restrita. É um monumental desafio para o gover -no Lula, o Congresso e toda a sociedade. Trata-se de uma epidemia e de agiotagem on-line. O Brasil precisa dar um basta a esse descalabro.

Zeca Dirceu é deputado federal (PT-PR)

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

Espiral deflacionária da China está entrando em uma nova fase perigosa

A deflação que persegue a China desde o ano passado está agora dando sinais de intensificação, ameaçando piorar as perspectivas para a segunda maior economia do mundo e gerando mais pedidos por uma ação política imediata.

Dados divulgados ontem confirmam que, além dos custos dos alimentos, os preços ao consumidor mal subiram em grandes partes da economia, num momento em que a renda da população cai.

Uma medida mais ampla dos preços em toda a economia, conhecida como deflator do Produto Interno Bruto (**PIB**), provavelmente estenderá sua queda atual de cinco trimestres até 2025, segundo a Bloomberg Economics e analistas privados. Se confirmado, seria a maior sequência de deflação na China desde que os dados começaram a ser compilados em 1993.

"Estamos definitivamente em deflação e provavelmente passando pelo segundo estágio", diz Robin Xing, economista-chefe do Morgan Stanley para a China, citando evidências de reduções salariais. "A experiência do Japão sugere que quanto mais a deflação se arrasta, mais estímulos a China precisará para quebrar o ciclo dívida-deflação."

O perigo para a China é que a deflação pode se transformar em uma bola de neve ao encorajar as famílias que sofrem com a queda dos salários a cortar gastos ou adiar compras, por esperar que os preços cairão ainda mais. As receitas das empresas vão cair, afetando os investimentos e levando a mais cortes salariais e demissões, quebrando famílias e empresas.

Pesquisas privadas mostram que isso já começa a acontecer. Em setores da economia favorecidos pelo governo - como os de fabricação de veículos elétricos e energias renováveis -, os salários iniciais caíram quase 10% em agosto em relação ao pico de 2022, segundo constatações da Caixin Insight Group e Business Big Data Co.

Uma pesquisa com 300 executivos de empresas feita pela Cheung Kong Graduate School of Business mostra que a pressão nos custos trabalhistas no mês passado foi a mais fraca desde abril de 2020, quando os "lockdowns" da covid-19 começaram a ser afrouxados.

É um ciclo que o mundo já viu antes no Japão, a partir da década de 90, num período que veio a ser conhecido como suas "décadas perdidas" - de uma estagnação esmagadora na sequência do estouro de uma bolha nos mercados imobiliário e financeiro.

As autoridades chinesas vêm tentando sufocar uma discussão sobre a deflação, alertando analistas para que evitem usar o termo, mas ao mesmo tempo elas começam a entrar no diálogo público. O ex-presidente do banco central Yi Gang disse na semana passada que erradicar a deflação tem que ser uma prioridade para as autoridades, numa rara admissão por uma figura proeminente da China de que a queda nos preços está ameaçando as perspectivas econômicas.

Na sexta-feira, durante a Bund Summit, uma reunião de cúpula em Xangai, Yi pediu uma "política fiscal proativa e uma política monetária acomodatória" e disse que as autoridades "deveriam se concentrar em combater as pressões deflacionárias". O objetivo imediato da China deveria ser tornar seu deflator do **PIB** positivo nos próximos trimestres, disse ele.

Até agora, as autoridades não deram nenhum sinal de qualquer mudança significativa em sua política, de encorajar a produção, em vez de abordar a demanda fraca com medidas como aumentar os gastos do governo em serviços públicos e subsídios ao consumidor.

Em um sinal de que as pressões sobre os preços estão se enfraquecendo, o núcleo da **inflação** da China - que exclui itens voláteis como os alimentos e a energia - em agosto foi o mais fraco em três anos. As expectativas de deflação estão se espalhando pelos mercados, derrubando os rendimentos dos bônus a mínimas recordes e gerando preocupações entre as autoridades de que os bancos estão excessivamente expostos aos riscos das taxas de juros.

As fracas pressões sobre os preços estão evidentes no ritmo de crescimento do **PIB** nominal chinês, que avançou apenas 4% no segundo trimestre - bem abaixo da meta de crescimento econômico real de cerca de 5% este ano.

Em momentos de altas fracas nos preços, uma expansão nominal é um indicador mais útil porque reflete melhor as mudanças nos salários, lucros e

receitas do governo, escreveu Luo Zhiheng, economista-chefe da Yuekai Securities, a investidores este mês.

Ontem, após a divulgação dos dados de **inflação**, o índice CS1300 das ações chinesas fechou em queda de 1,4% e se aproxima do nível mais baixo em cinco anos.

A velocidade da deterioração nas perspectivas de preços na China pegou o mercado de surpresa. A **inflação** foi mais fraca que o previsto em três dos últimos quatro meses, aumentando 0,6% ao ano em agosto - impulsionado pela alta de 2,8% nos preços dos alimentos. O núcleo da **inflação** subiu apenas 0,3% ao ano no mês passado, permanecendo abaixo de 1% pelo 18-mês consecutivo.

Para piorar, os dados divulgados ontem também mostraram que o índice de preços ao produtor na China caiu 1,8% ao ano em agosto, acelerando o ritmo de contração em relação a julho.

Os preços das matérias-primas e de venda dos fabricantes caíram pelo segundo mês consecutivo em agosto, segundo dados oficiais, enquanto os preços cobrados no setor de serviços e pelas empresas de construção caíram no ritmo mais rápido desde abril de 2020.

Para Jack Liu, um engenheiro de vendas de produtos de alumínio de 37 anos do sul da China, o impacto no bolso é evidente. A queda da demanda do mercado forçou sua empresa a vender com prejuízo no ano passado. Isso reduziu significativamente sua renda e hoje ele tem dificuldade em pagar as prestações de sua casa.

O dilema é que mesmo a expansão monetária pode ser deflacionária na China, por ser direcionada principalmente para o lado da oferta da economia, escreveu Michael Pettis, pesquisador sênior do Carnegie Endowment for International Peace, no mês passado.

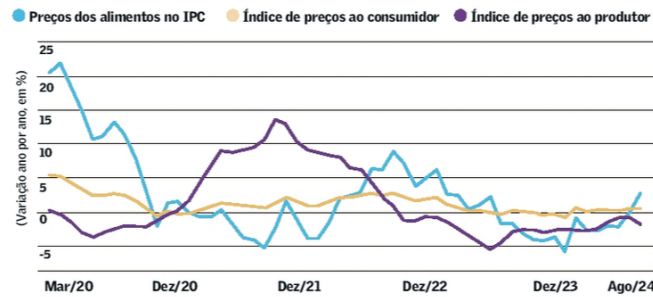
Enquanto isso, a mentalidade deflacionária começa a se firmar. A confiança do consumidor está em níveis historicamente baixos, e as famílias relatam uma disposição crescente para economizar, em vez de gastar ou comprar casas.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980?page=1§ion=1)**

Preços na China aumentam menos

IPC veio fraco em agosto apesar de o mau tempo afetar safra



Para economistas, deflação persistirá

Deflator do PIB, uma medida de preços, cai por 5 trimestres na China

Instituição	Economista	Previsão
BNP Paribas	Jacqueline Rong	Deflator do PIB deve se manter negativo ao longo do ano que vem
ANZ	Xing Zhaopeng	Deflator do PIB deve ser negativo pelos próximos 6 meses
Bloomberg Economics	Eric Zhu	Deflator talvez seja negativo por mais alguns trimestres até o começo do ano que vem
BCA Research	Arthur Budaghyan	Deflação permanecerá pelos próximos 12 meses pelo menos
Morgan Stanley	Robin Xing	Vê mais risco de queda do deflator do PIB para -0,5% para 2024

Fonte: Bloomberg News

UE precisa investir 800 bi por ano, alerta Draghi

A União Europeia (UE) terá de investir até 800 bilhões adicionais por ano e em reformas radicais e rápidas se quiser acompanhar economicamente os rivais EUA e China, alertou ontem o ex-premiê italiano Mario Draghi.

O também ex-presidente do Banco Central Europeu (BCE), que resgatou o euro durante a crise da dívida do bloco há mais de dez anos, pediu uma "nova estratégia industrial para a Europa" em seu aguardado relatório encomendado pela Comissão Europeia.

Segundo Draghi, o bloco tem de desenvolver tecnologias avançadas, criar um plano para atingir as metas climáticas e impulsionar a defesa e a segurança de matérias-primas críticas, rotulando a tarefa como "um desafio existencial".

Para isso, a UE precisará impulsionar o investimento em cerca de 5 pontos percentuais do **PIB** do bloco - algo não visto em mais de 50 anos - para transformar sua economia para que possa permanecer competitiva, afirmou ele.

Draghi alertou que o crescimento econômico da UE é "persistentemente mais lento" do que nos EUA e questionou a capacidade do bloco de digitalizar e descarbonizar a economia com rapidez suficiente para ser capaz de rivalizar com seus concorrentes do leste e oeste.

"Nunca no passado a escala de nossos países pareceu tão pequena e inadequada em relação ao tamanho dos desafios", escreveu Draghi no relatório para a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen.

Draghi negou que seu relatório representasse demandas do tipo "tudo ou nada" para a UE. Porém, afirmou: "Chegamos ao ponto em que, sem ação, teremos que comprometer nosso bem-estar, nosso meio ambiente ou nossa liberdade"

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#!/edition/187980?page=1§ion=1>

Risco fiscal piora perfil da dívida mobiliária federal (Editorial)

O aumento do risco fiscal teve impacto na administração da dívida mobiliária federal e desembocou no ajuste que o Tesouro acaba de fazer no Plano Anual de Financiamento (PAF). Contrariando promessas feitas no início do ano, o Tesouro vai reduzir a oferta de títulos prefixados (com rendimento definido na compra) e passar a emitir mais papéis atrelados à Selic (LFT), sob pressão da demanda. A mudança sinaliza uma piora na composição na dívida mobiliária e seu provável encarecimento.

No início do ano, a direção do Tesouro comemorou ter atingido quase todas as metas do PAF de 2023, como a melhora na estrutura de vencimento da dívida. O prazo médio de vencimento voltou aos quatro anos e apenas 20% do total venciam em 12 meses. Além disso, foram feitas em 2023 emissões externas que pagaram juros apenas um pouco acima das taxas dos títulos do Tesouro dos EUA.

Embalado pelos bons resultados, o secretário do Tesouro, Rogério Ceron, antecipou que seriam emitidas neste ano Letras do Tesouro Nacional (LTN), títulos prefixados, de 72 meses. Os prefixados são os papéis preferidos pelo Tesouro porque dão mais previsibilidade aos compromissos, e o alongamento do prazo seria bastante favorável. Outro objetivo era reduzir o percentual da dívida com vencimento em 12 meses para menos de 20% do total, mesmo tendo que apelar para papéis com taxas flutuantes.

Tudo parecia correr bem até que o cenário externo começou a mudar após o primeiro trimestre.

Surpreendentemente o Japão elevou os juros, inviabilizando operações de "carry trade" (estratégia de investimento em moedas com base no diferencial de juros entre dois países) com a moeda japonesa. Depois, a expectativa de corte dos juros americanos foi colocada em dúvida com o aumento da **inflação** nos EUA e sinais de que a economia estava mais aquecida do que se imaginava. No mercado doméstico, em abril, os prometidos superávits de 0,5% do PIB em 2025 e de 1% em 2026 foram reduzidos para 0,25% e 0,5%, respectivamente, com o governo contando basicamente com o aumento das receitas para atingir as metas.

A previsão de que o Federal Reserve (Fed, banco central americano) demoraria mais do que se

esperava para reduzir os juros e a deterioração da percepção fiscal causaram turbulência no mercado financeiro. Mesmo agora, depois que novos números abriram espaço para a redução dos juros americanos, a expectativa é que a Selic pode até subir. No mercado futuro de juros, os vencimentos mais longos rondam os 12% ao ano. A taxa dos títulos atrelados à **inflação**, as NTN-Bs, superaram os 6% ao ano, o maior nível em um ano, no fim de abril.

Mais recentemente, houve redução na demanda por NTN-B, que chamou a atenção do Tesouro, com a concorrência cada vez maior das debêntures incentivadas, títulos privados que são também corrigidas pelo IPCA, oferecem juros maiores e não pagam Imposto de Renda (IR). Cálculos do mercado indicam que as emissões de debêntures incentivadas, somadas às dos Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRIs) e Certificados de Recebíveis do Agronegócio (CRAs) indexados ao IPCA, superaram as de NTN-Bs no primeiro semestre.

A demanda por títulos públicos passou a se concentrar nas LFTs, que seguem variação da taxa Selic e que ultrapassaram as metas do PAF já em julho, tornando inevitável o ajuste anunciado agora. Das emissões de títulos públicos feitas neste ano, 66% são de LFT, 23% de papéis prefixados e 10% de indexados ao IPCA.

Ao final de julho, a dívida mobiliária federal estava em R\$ 7,14 trilhões, dentro dos limites estabelecidos pelo PAF deste ano, de R\$ 4 trilhões a R\$ 7,4 trilhões, dos quais 4,5% externos. O percentual que vence em 12 meses correspondia a 17,46%, praticamente estável em relação ao mês anterior. O prazo médio da dívida - o tempo necessário para que todos os investidores resgatem todos os empréstimos - subiu ligeiramente, de 4,02 anos em junho para 4,03 anos em julho, mantendo-se acima de 4 anos por um período de tempo que não ocorria desde antes da pandemia. Entre janeiro e setembro de 2020, o prazo médio da dívida mobiliária caiu de 4,74 anos para apenas 2,09 anos, recuperando-se gradualmente.

Foram alterados três pontos do PAF. A participação das LFTs foi ampliada para 43% a 47%, acima da faixa anterior de 40% a 44%. Em julho, já estava em 44,95%. A banda dos papéis prefixados LTNs e NTN-Fs, geralmente preferidos pelo Tesouro, foi reduzida para 22% a 26%, contra uma anterior de 24% a 28%.

E a dos títulos atrelados a índices de preços (NTN-Bs) passou a 25% a 29%, também inferior à de 27% a 31%, que vigorava antes.

A revisão do PAF não é corriqueira. A última vez que ocorreu foi em junho de 2021. Nos últimos dez anos, o PAF foi alterado cinco vezes. Mas não deixa de ser uma sinalização negativa para a dívida pública e pode resultar em encarecimento do custo de financiamento. A revisão feita agora abre espaço para que mais da metade da dívida mobiliária federal seja caracterizada pela volatilidade e pela imprevisibilidade, uma vez que 47% estarão em LFTs e 4%, em dólar. Enquanto o governo não conseguir fazer superávit primário, terá que se endividar mais para rolar todos os vencimentos.

Site:

**[https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980?page=1
§ion=1](https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980?page=1§ion=1)**

Lula sanciona provas on-line de concurso

» **RAFAELA GONÇALVES**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, sem vetos, a nova Lei dos Concursos, que tem como objetivo modernizar e unificar as regras para certames públicos de nível federal.

Entre as principais mudanças, o texto permite que as provas possam ser realizadas total ou parcialmente a distância, pela internet, ou por plataforma eletrônica com acesso individual.

A nova lei tem um período de transição, passando a ser obrigatória em 1º de janeiro de 2028, mas sua aplicação pode ser antecipada por meio de ato que autorize a abertura de cada concurso público. Embora se aplique principalmente aos concursos federais, ela também permite que estados, o Distrito Federal e municípios atualizem suas normas de seleção.

O texto, aprovado em agosto pelo Congresso Nacional, tramitava no Legislativo há mais de 20 anos. "O texto uniformiza procedimentos, reduzindo a judicialização e tornando mais claras as regras dos concursos públicos", destacou a ministra da Gestão e Inovação em Serviços Públicos, Esther Dweck.

Ela reforçou que esse é um passo importante para dar mais segurança jurídica para as instituições públicas de todos os níveis federados, "facilitando assim a busca de servidores com as competências necessárias para gerir o estado do presente e do futuro".

A assinatura aconteceu em cerimônia no Palácio do Planalto.

Com o texto, as normas passam a valer de forma obrigatória para as provas federais, com exceção dos exames para juiz, do Ministério Público, e de empresas públicas e sociedades de economia mista que não recebam recursos do governo para despesas de pessoal ou custeio.

No caso das provas a distância, o ponto ainda depende de regulamentação pelo Executivo, que poderá ser feita por ente federativo ou por órgão, após consulta pública obrigatória. De acordo o texto, deverá ser garantida a igualdade de acesso às ferramentas e dispositivos do ambiente virtual.

O texto dispõe ainda sobre os tipos de provas previstos: de conhecimentos, escritas ou orais; de

habilidades, como testes físicos e práticos; e de competência, como o psicotécnico. Também poderá haver avaliação por títulos, ou realização de curso de formação, com caráter eliminatório ou classificatório.

A lei também proíbe, em todas as fases do concurso, discriminação de candidatos pela idade, sexo, estado civil, condição física, deficiência, etnia, naturalidade, proveniência ou local de origem.

Também consta do novo regramento os requisitos para abertura dos próximos concursos públicos. Os órgãos terão que justificar a abertura com a evolução do quadro de pessoal nos últimos cinco anos e estimativa da necessidade de profissionais para os próximos cinco anos. Além disso, o concurso só poderá ser aberto se não houver candidatos aprovados e ainda não nomeados que possam preencher as vagas necessárias.

Segundo o juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) Aragonê Fernandes, professor da Gran Cursos, essa lei "era muito aguardada pela nação concurseira".

"Tivemos, durante muito tempo, uma incerteza e insegurança para os concurseiros. Agora, pelo menos na esfera federal, esse cenário mudou. A lei não é a ideal, mas é a possível, depois de 20 anos conseguiram aprovar e isso é muito bem-vindo", comentou.

Para Fernandes, o texto poderia ter acabado com alguns privilégios para garantir uma isonomia maior nos certames. "A lei é muito boa, ela tem um ponto de muita atenção e poderia ter ido além, proibindo a redução ou isenção da taxa de inscrição para **servidores públicos** de determinado ente da federação".

Proibindo também a atribuição de pontos extras para candidatos que sejam servidores de determinado ente federativo. Por exemplo, a lei do estado da Paraíba, que dava 10% de bônus extra na pontuação se você morasse na Paraíba", avaliou.

Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/5934/10-05-2024.html?all=1>

Prejuízos causados por incêndios expõem riscodas mudanças climáticas 9 - MERCADO S/A

AMAURI SEGALLA

A era do negacionismo ambiental está sendo devidamente enterrada - ou queimada, para ser mais preciso -diante das tragédias dos incêndios e da seca severa no Brasil. Nos últimos dias e semanas, as grandes áreas metropolitanas do país, inclusive a capital Brasília, sofreram com má qualidade do ar, que esteve entre as piores do mundo. No Pantanal, 2,4 milhões de hectares foram destruídos pelas chamas, o equivalente a 16% do bioma, mas os números do desastre tendem a aumentar. Enquanto a biodiversidade do planeta sofre, os prejuízos financeiros crescem. De acordo com a Confederação Nacional de Municípios, os danos provocados por desastres naturais está na casa dos R\$ 45 bilhões em 2024, um recorde desde que a medição começou a ser feita. Se em maio o país acompanhou a tragédias das enchentes no Rio Grande do Sul, agora é o seu oposto -o fogo - que escancara os riscos climáticos. O futuro chegou e ele é alarmante.

REBECA ANDRADE ASSINA COM ITAÚ E CONTABILIZA 16 PATROCÍNIOS

Nenhum atleta olímpico brasileiro foi tão requisitado pelas agências de publicidade quanto a ginasta Rebeca Andrade, recordista de medalhas entre os esportistas do país. Ontem, o presidente do Itaú Unibanco, Milton Maluhy Filho, informou em sua conta no LinkedIn que Rebeca será a nova embaixadora da instituição, com contrato válido até a Olimpíada de Los Angeles, em 2028. Agora, 16empresas patrocinam a grande campeã são nomes como Adidas, Havaianas, Panasonic e Volvo, entre outros.

NOVO IPHONE CHEGA AO MERCADO SEM GRANDES SURPRESAS

O iPhone 16, a nova versão de smartphone da Apple, não provocou grande entusiasmo. Apresentado ontem com tradicional estardalhaço, o aparelho vem equipado com recursos de inteligência artificial e um botão específico para o controle das câmeras-nada muito bombástico, portanto. Como sempre, os preços continuam salgados, variando de R\$7,8 mil a R\$12,5 mil. A Apple vem enfrentando a concorrência feroz dos

fabricantes asiáticos e tem perdido mercado em países estratégicos, como a China.

PIX QUEBRA NOVOS RECORDES E DEVERA SUPERAR CARTÕES EM BREVE

O Pix quebrou um novo recorde na última sexta-feira. Naquela data, R\$108,4 bilhões foram movimentados em 227,4 milhões de operações, superando a marca anterior, de 5 de julho de 2024. O Pix foi lançado pelo Banco Central em novembro de 2020 e desde então se tornou onipresente nas transações financeiras realizadas no país. Novas marcas estão a caminho. Um estudo da empresa brasileira de pagamentos Ebanx apontou que o Pix deverá ultrapassar os cartões de crédito nas compras online já em 2025.

*

RAPIDINHA

O Grupo Mateus, um dos maiores varejistas de alimentos do país, recebeu uma autuação de R\$1,05 bilhão da **Receita Federal** por exclusões de créditos consideradas irregulares. É muito dinheiro: a cifra equivale a 6% do valor de mercado da companhia na bolsa de valores de São Paulo. Cabe recurso.

Depois do tombo de 10% nas vendas em 2023, o mercado brasileiro de PCs começa a se estabilizar. Em 2024, conforme projeção feita pela consultoria IDC Brasil, o setor deverá negociar 7,64 milhões de equipamentos, oque representará uma queda modesta de 1% em relação ao ano anterior. Os PCs têm perdido espaço para os smartphones.

A corretora Verde Asset, uma das mais importantes do país, reduziu sua presença na bolsa brasileira ao menor nível desde 2016, ano do impeachment da presidente Dilma Rousseff. De acordo coma Verde, o ciclo de alta de juros que está prestes a ser iniciado pelo Banco Central justifica o pessimismo com os papéis brasileiros.

As exportações brasileiras de carne suína (in natura e processada) somaram 118,1 mil toneladas em agosto, um avanço de 4,7% na comparação anual. De acordo

com a Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), trata-se do segundo melhor desempenho mensal da história do segmento. Filipinas, China e Chile são os maiores compradores da carne brasileira.

*

R\$ 11,1 bilhões

Foi quanto movimentou o setor de viagens corporativas em junho. Segundo a Associação Latino-Americana de Gestão de Eventos e Viagens Corporativas (Alagev), trata-se da maior cifra para o mês desde 2014

Site: <https://digital.em.com.br>

Grupo Mateus é autuado em R\$ 1 bi pela Receita Federal

André Ítalo Rocha De São Paulo (Colaboraram Felipe Laurence e Beatriz Kawai)

O grupo Mateus, uma das maiores redes de supermercados do país, está na mira da **Receita Federal** e acaba de receber uma cobrança bilionária da instituição. A empresa informou que uma de suas controladas, o Armazém Mateus, foi alvo de um auto de infração no total de R\$ 1,059 bilhão. O Armazém Mateus é a bandeira de atacado do grupo.

As ações do grupo fecharam com baixa de 3,34% na B3, cotadas a R\$ 7,81, nesta segunda-feira (9). Em sua mínima, os papéis atingiram o valor de R\$ 7,56. O volume financeiro total negociado foi de R\$ 82,3 milhões, mais de três vezes o registrado no último pregão, de R\$ 27,2 milhões.

Na autuação, a **Receita Federal** questiona exclusões de créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) relativos aos exercícios sociais de 2014 a 2021.

Do total levantado pela instituição, R\$ 633,2 milhões são referentes ao questionamento da apuração dos cálculos do IRPJ, R\$ 225,1 milhões estão relacionados aos cálculos da CSLL, e R\$ 200,5 milhões são multas administrativas.

Em fato relevante, a companhia informou que o Armazém é beneficiário de subvenções concedidas por Estados e ressalta que, apesar da divergência da Receita em relação aos cálculos que fundamentam as exclusões dos créditos presumidos de ICMS da base de cálculo do IRPJ e da CSLL com base nas subvenções, "tais exclusões da Armazém foram feitas à luz da legislação aplicável".

A empresa afirmou também que, junto com seus assessores, vai avaliar os fundamentos do auto de infração e apresentar impugnação dentro do prazo. O auto está em fase administrativa e pode ser discutido também na esfera judicial.

Sob a bandeira Armazém Mateus, o grupo contava, até o fim do ano passado, com 18 centros de distribuição localizados nas cidades de São Luís e Davinópolis, no Maranhão, Altos, no Piauí, Santa Izabel e Marabá, no Pará, Cabo de Santo Agostinho,

em Pernambuco, Feira de Santana e São Gonçalo dos Campos, na Bahia, Conde, na Paraíba, e Mara-canaú, no Ceará.

O analista João Pedro Soares, do Citi, escreveu que o questionamento pelo órgão do uso de créditos presumidos do ICMS surpreende porque era algo que parecia já consolidado na jurisprudência.

"Achamos que isso pode ser ruim para todas as empresas que usam ou já usaram esses benefícios fiscais", comenta o banco. Eles notam que o Grupo Mateus vinha reduzindo o uso desses créditos.

Já a XP avaliou que a autuação de R\$ 1,05 bilhão aumenta riscos de uma possível necessidade de provisionamento no futuro. Os analistas Daniella Eiger, Gustavo Senday e Laryssa Sumer escreveram que, no momento, esse não é o caso, uma vez que o processo ainda está em fase administrativa.

A corretora reitera a declaração do grupo Mateus que a empresa seguiu a legislação aplicável para calcular as exclusões dos créditos presumidos de ICMS.

Para o Bradesco BBI, o caso reabre uma disputa antiga que o órgão tem com empresas que utilizam créditos presumidos do ICMS. Os analistas Pedro Pinto e João Andrade entendem que a medida provisória 1.185, que tratou da tributação das subvenções fiscais, mudou o "status quo" do tema e deve criar ruídos no setor de varejo até ser novamente consolidada.

O banco acredita que as empresas serão afetadas de maneira diferente e que é um assunto que deve se arrastar até todas as instâncias administrativas e judiciais serem exauridas.

"A constante incerteza no arcabouço tributário do Brasil pode, em última instância, destruir valor das varejistas e reduzir o apetite dos investidores sobre as empresas do setor", comentam.

As ações do grupo são negociadas a prêmio sobre pares do mercado por conta dos créditos e incentivos fiscais que ela possui e o questionamento da **Receita Federal** pode reduzir essa diferença, diz o Jefferies. O analista Pedro Baptista afirma que a taxa efetiva do grupo foi de 1% no segundo trimestre, enquanto Assai

e Carrefour Brasil perderam os incentivos e devem pagar uma taxa efetiva completa de 34%.

"As exclusões foram feitas à luz da legislação aplicável" Grupo Mateus

3,34% foi a queda das ações na bolsa

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/187980>

Desoneração na pauta do esforço concentrado

Em novo esforço concentrado para esta semana, o Congresso vai tentar desafogar a pauta. Na Câmara dos Deputados, a prioridade será o projeto que cria, a partir de 2024, um regime de transição para o fim da desoneração da folha de pagamento de setores da economia e de municípios. A medida deve ser analisada antes que encerre o prazo estipulado pelo Supremo Tribunal Federal (STF) para discussão do tema.

O ministro Edson Fachin, do STF, prorrogou até 11 de setembro o prazo para que o Congresso e o Executivo encontrem uma solução a respeito da compensação financeira diante da desoneração da folha de pagamento. O pedido para estender o prazo foi apresentado pelo Senado Federal e pela Advocacia Geral da União (AGU).

A proposta foi aprovada pelo Senado no final de agosto e, desde então, aguarda deliberação na Câmara dos Deputados. A base do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e deputados de centro esperam que o texto não seja modificado e a aprovação aconteça entre hoje e quinta-feira.

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), costuma se reunir com os líderes partidários nas terças-feiras para definir a pauta que deverá ser analisada na semana. No próximo encontro deve ser definido o relator do PL 1.847 e o regime adotado para tramitação da proposta.

O líder do governo, José Guimarães (PT-CE), apresentou um requerimento em que pede que a matéria seja analisada diretamente no plenário da Casa, sem a necessidade de aprovação pelas comissões temáticas. Caso passe pelo crivo da Câmara, as medidas serão capazes de pagar a conta do impacto fiscal da desoneração da folha de pagamento apenas em 2024.

Estimativas da **Receita Federal** indicam que a desoneração causará um rombo de R\$ 26 bilhões neste ano. Assim, o PL não traz meios suficientes para cobrir eventuais despesas nos próximos anos.

Site:

<https://edicaoimpressa.folhape.com.br/books/buat/#p=1>